

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CONAB N.º 90.003/2026****PROCESSO N.º 21440.000688/2022-32****TIPO: MAIOR DESCONTO**

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, mediante o Pregoeiro designado pelo ATO DE SUPERINTENDÊNCIA SUREG BAHIA SEI N.º 34, DE 20/03/2026, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo maior desconto, sob o modo de disputa aberto, no regime de execução indireta por tarefa, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico <https://www.conab.gov.br/index.php/institucional/normativos/normas-da-organizacao>, bem como, subsidiariamente, de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:****DIA: 30 de junho 2026****HORÁRIO: 14 horas (horário de Brasília/DF)****ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)****CÓDIGO UASG: 135.101****1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia, conforme especificações, quantidades, exigências e condições, estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.1.1. A licitação será realizada em grupo(s), formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Serviço – CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE), por meio do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

Nota explicativa: O credenciamento no SICAF, para fins de participação no Pregão Eletrônico (conforme previsto no §2º, do art. 293, do RLC), constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame – Parecer n. 129/2011/DECOR/CGU/AGU.

2.2.1. **Caberá ao licitante** interessado em participar deste Pregão Eletrônico, **credenciar-se previamente no Sicaf**.

2.2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- a.1) Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- a.2) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente;
- f) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- g) que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

2.5. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

- a) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;
- b) a empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 14.133 de 2021;
- c) a empresa declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa com a Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021;
- e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021;
- f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- m) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios na condição de licitante;
- n) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;
- o) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
- p) empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

### 3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

3.1. O licitante deverá registrar proposta de preços eletrônica, exclusivamente por meio do sistema Compras Governamentais, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.2. O licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, o valor unitário e total dos itens e/ou o valor total do lote ou o maior percentual de desconto, bem como a especificação clara e completa dos serviços a serem executados, em conformidade com o Termo de Referência.

3.2.1. O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

3.2.2. O licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente,

sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

3.2.3. Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4 deste Edital, assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

3.2.4. Quando couber, o licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, se o serviço ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, no Termo de Referência.

3.2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3. As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.3.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.3.3. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.4. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 20.4 deste Edital.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7. O licitante deverá, ainda, encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, a versão escrita da proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 10 deste edital.

3.8. O encaminhamento eletrônico da versão escrita da Proposta de Preços do licitante vencedor, para a apresentação conforme subitem 9.1 deste Edital, deverá conter, em especial, as seguintes informações:

a) as especificações do serviço, conforme apresentado no Termo de Referência;

b) o preço unitário e global do item e/ou do lote ou o percentual de desconto, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);

c) o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

d) a declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à prestação dos serviços objeto deste pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) a declaração expressa de que se responsabiliza pela prestação dos serviços no prazo estabelecido no Termo de Referência;

f) os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, celular do representante/telefone/Fax, e-mail, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.

3.8.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

3.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10 deste edital.

3.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS**

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. O Pregoeiro, anteriormente ao início da fase de lances, verificará, previamente, as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas principais, exigidas no Termo de Referência.

4.3.1. A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.4. Somente os licitantes com propostas preliminarmente classificadas participarão da fase de lances.

4.5. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto".

4.5.1. A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

#### **5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 5.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.
- 5.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 5.4. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos.
- 5.4.1. Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.
- 5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 1 % (um por cento).
- 5.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.
- 5.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 5.9. A etapa de envio de lances na sessão, **sob o modo de disputa aberto**, durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.9.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 6.1. Encerrada a etapa de lances será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:
- 6.3.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 6.3.2. caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 6.3.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 6.3.4. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
- 6.3.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO**

- 7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA DESCONEXÃO**

- 8.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.2. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, aos participantes, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá, **se necessário**, encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma do item 3.7 deste Edital, **no prazo de 2 (duas) horas** após a solicitação do Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.

9.1.1. Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços, a licitante detentora da melhor oferta também deverá encaminhar eletronicamente os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o título 10 deste Edital, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1, qual seja, via sistema, por meio do campo “Anexo de Proposta” no prazo de 02 (duas) horas da convocação do anexo.

9.1.2. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 10.1.1 deste Edital.

9.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. Encaminhada a proposta, o pregoeiro, pelo critério de menor preço global do item ou lote ou maior desconto, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado constante no Termo de Referência, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto.

9.2.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 10 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONAB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.2.3. Será considerado aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o [menor preço ou maior desconto] conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.

9.2.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado no Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.2.5.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.5.3. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: “condições gerais”, “cláusulas contratuais” etc.

9.2.6. Se o lance ou a proposta de menor valor não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao Edital.

9.2.7. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.2.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, deverá ser procedida nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2.9. No caso de haver empate entre propostas comerciais que atendam integralmente as condições/exigências editalícias, a proposta vencedora será sorteado pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.2.9.1. Não sendo realizado o sorteio pelo sistema, observar-se-á o disposto no art. 55, da Lei nº 13.303/2016 e Art. 272 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB - RLC.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, deverá, **se necessário, encaminhar, via sistema**, na forma do item 9.1, a documentação de habilitação à Conab, em conjunto com sua Proposta de Preços e no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro.

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema Compras Governamentais, juntamente a Proposta de Preços atualizada, **caso solicitados pelo Pregoeiro**, deverão ser encaminhados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, em envelope fechado, no endereço Rua da Polônia nº 05, Edf. Professor Orlando Gomes - Comércio, Salvador/BA - CEP: 40.015-150, com, no mínimo, os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO /**

**EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/2026**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 10.4.

10.3. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 “b”, quando os registros no SICAF correlatos a estes

documentos estiverem válidos, completos e regulares.

10.4. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:

10.4.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) no caso de:

- a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
  - a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - a.8) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10. de maio de 1943. ( Lei 12.440, de 8/7/2011).

10.4.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.2.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.4.2.1.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

10.4.3. **Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:**

- a) certidão negativa de feitos sobre falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

**LG=**  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

**SG=**  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total}}$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) a licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

#### 10.4.4. **Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:**

10.4.4.1. As empresas licitantes deverão apresentar documentação de habilitação técnica, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos.

##### a) Capacidade técnico-operacional:

- a.1) Para efeito de caracterização da compatibilidade, é definida como relevante a seguinte parcela do objeto: ter realizado, no mínimo, 02 (duas) manutenções em balanças de acordo com a classe especificada nas Tabelas 1, 2 e 3 deste Termo de Referência;
- a.2) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior;
- a.3) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- a.4) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- a.5) Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos;
- a.6) Considerando que os três lotes possuem objeto idêntico em natureza e complexidade técnica, admite-se a apresentação de um mesmo atestado de capacidade técnica para mais de um lote, desde que o documento comprove a execução de serviços compatíveis com aqueles descritos neste Termo de Referência;
- a.7) Poderá ser admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, os quais equivalerão, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;
- a.8) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais (quando disponíveis), endereço atual da contratante e local da prestação dos serviços;
- a.9) O atestado deverá conter nome, endereço e telefone da pessoa jurídica emitente, ou qualquer outro meio que permita à Conab contatar a declarante;
- a.10) A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

##### b) Capacidade técnico-profissional:

- b.1) A empresa deverá comprovar ser autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro, para a realização de serviços de manutenção e calibração de balanças, conforme determina a Portaria Inmetro nº 157/2022, devendo tal autorização estar vigente durante toda a execução contratual;
- b.2) Deverá comprovar que possui em seu quadro profissional(is) legalmente habilitado(s) para a execução dos serviços, com formação compatível (técnico em eletrônica, técnico em eletromecânica, técnico em metrologia ou correlatos), devidamente registrado(s) no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, nos termos da Lei nº 13.639/2018;
- b.3) O vínculo do(s) profissional(is) habilitado(s) com a empresa deverá ser comprovado por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou instrumento equivalente, devendo ser apresentada, quando aplicável, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente emitido pelo CRT;
- b.4) A empresa deverá indicar formalmente o responsável técnico perante a Conab no momento da habilitação, permanecendo tal indicação válida durante a execução contratual, salvo substituição devidamente justificada e aceita pela Administração.

#### 10.4.5. **Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais:**

- a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
- b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o inciso VI do art. 40 do Decreto nº 10.024/2019, ou seja, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;
- c) declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123/2006, se for o caso;
- d) declaração de elaboração independente de proposta;
- e) declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado; e
- f) declaração de que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.5. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:

- a) SICAF, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há empregados da Conab;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por empregado da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, considerando-se, para tanto, o disposto nos itens editalícios 20.3 e 20.4.

10.8. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital, observado o disposto no item 9.2.8.

10.9. Será considerado vencedor deste pregão o licitante que oferecer o menor preço ou maior desconto e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.

## **11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo mínimo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

11.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

11.1.2. O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.5. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.1.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.1.8. Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

11.1.9. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, conforme RLC.

11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

11.6. A homologação deste Pregão caberá a autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma do art. 322 RLC.

11.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

## **12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, que observará os termos do RLC e das demais normas pertinentes.

12.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de Contrato.

12.3. Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.

12.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

12.6. O Contrato terá vigência de 05 (cinco) anos (conforme artigos 461 a 462 do RLC), contados da data de sua assinatura, na forma estabelecida na Cláusula Contratual pertinente, constante no Anexo II deste Edital.



12.7. A forma de prestação e de recebimento dos serviços objetos deste certame, bem como a garantia contratual, o prazo e o local de sua execução encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

12.8. O reajuste dos preços dos serviços contratados e a subcontratação também deverão observar o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### 13. **DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma apresentada no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### 14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

### 15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

15.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

### 16. **DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento pelos serviços descritos neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

### 17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

17.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

### 18. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e correrão por meio do PTRES N°: **229526** - Natureza de Despesa: **33.90.39.XX E 33.90.30.XX** - Fonte: **1000**.

### 19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

19.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico [ba.pregao@conab.gov.br](mailto:ba.pregao@conab.gov.br), até as 17 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

19.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

19.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico [ba.pregao@conab.gov.br](mailto:ba.pregao@conab.gov.br).

19.3.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis.

19.4. As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

### 20. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

20.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.2.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência.

20.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes

validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

20.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.

20.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

20.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.10. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

20.12. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br). O Edital, ainda, poderá ser fornecido pela Conab a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, situada no Endereço: Rua da Polônia nº 05, Edf. Professor Orlando Gomes - Comércio, Salvador/BA - CEP: 40.015-150, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 10,00 (dez reais), por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a ser emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), Unidade Gestora-UG: UG Matriz ou Sureg – Gestão: 22211, Código de Recolhimento n.º 28830-6.

20.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos; e
- b) Anexo II - Minuta de Contrato.

## 21. DO FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Salvador/BA, Seção Judiciária do Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

**EDER FONTES DE SANTANA**  
**ANALISTA ADMINISTRATIVO**

### ANEXO I DO EDITAL

#### **TERMO DE REFERÊNCIA - TR**

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia, conforme condições, exigências e demais especificações contidas neste instrumento.

1.2. Os modelos/marcas dos equipamentos, endereços das Unidades Armazenadoras e as respectivas quantidades de balanças a serem atendidas encontram-se descritos nas Tabelas 1, 2 e 3 deste Termo de Referência, enquanto que as especificações técnicas e a descrição detalhada do objeto constam do item 6 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, deste Termo de Referência.

**TABELA 1 - ESTIMATIVA DE VALORES DOS SERVIÇOS**

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	LOTE	UNIDADE ARMAZENADORA	RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS			VALOR UNITÁRIO DA MANUTENÇÕES (RS)		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS (RS)
			MARCAS, TIPOS E CAPACIDADE (KG) DAS BALANÇAS	CLASSE	QUANT.	PREVENTIVA	CORRETIVA	
			Marte (Precisão) 5kg - Pat.: 111427 e 111430	II	2	2.500,00	1.950,00	4.450,00
			Filizola (Bancada) 6kg - Pat.: 80557	III	1	1.050,00	975,00	2.025,00
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat.: 16838	III	1	1.050,00	950,00	2.000,00
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat.: 111420, 111422, 111423, 111424, 111433	III	5	7.375,00	6.875,00	14.250,00
		UA/IRECÊ - Rodovia BA 148, S/Nº, Bairro Universitário - CEP: 44.875-700 – Irecê/BA						

Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia	1	<b>Contato: Sr. Nordnei Teixeira</b> <b>Telefone: (74) 3641-3392 E-mail: ba.ua-irece@conab.gov.br</b>	Chialvo (Rodoviária) 60.000kg - Pat.: 2120662 - (Foi fixado o valor do bem em R\$ 70.000,00, correspondente ao limite de dispensa de licitação, adotando-se o percentual de 50% desse montante para a definição da estimativa de custos com peças e componentes)	III	1	11.540,00	13.530,00	25.070,00
			<b>Valor total do lote 01</b>			23.515,00	24.280,00	<b>47.795,00</b>
	2	<b>UA/ITABERABA R 242, Km 90, Lt 101 a 106 – Loteamento Cidade de Deus – Itaberaba/BA - CEP: 46.880-000 Contato: Sra. Francisca Celina</b> <b>Telefone: (75) 3251-1695 E-mail: ba.ua-itaberaba@conab.gov.br</b>	Marte (Precisão) 5kg - Pat. 111428 e 111431	II	2	2.185,00	2.055,00	4.240,00
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg - Pat. 080.553	III	1	817,50	792,50	1.610,00
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat. 016857	III	1	802,50	777,50	1.580,00
			Welmy (Plataforma) 300kg - Pat. 111416	III	1	927,50	852,50	1.780,00
			Filizola (Plataforma) 500kg - Pat. 1066609	III	1	1.192,50	1.092,50	2.285,00
			Lider (Plataforma) 1.000kg - Pat. 111434 e 111436.	III	2	2.755,00	2.495,00	5.250,00
			MD B-650 (Plataforma) 3.000kg - Pat.: 080551	III	1	1.507,50	1.257,50	2.765,00
			<b>Valor total do lote 02</b>			10.187,50	9.322,50	<b>19.510,00</b>
	3	<b>UA/RIBEIRA DO POMBAL Estrada da Mirandela, BA 410, Km 05, S/Nº, Ribeira do Pombal/BA - CEP: 48.400-000 Contato: Sr. Roberto Fernandes</b> <b>Telefone: (75) 3276-1956 E-mail: ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br</b>	Marte (Precisão) 5kg - Pat. 111429	II	1	847,50	800,00	1.647,50
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg - Pat. 80554 e 80556	III	2	1.695,00	1.645,00	3.340,00
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat. 16850	III	1	962,50	917,50	1.880,00
			Welmy (Plataforma) 300kg - Pat. 111418	III	1	1.062,50	997,50	2.060,00
			Welmy (Plataforma) 1.000kg - Pat. 084783	III	1	1.262,50	1.212,50	2.475,00
			Lider (Plataforma) 1.000kg - Pat. 111435, 111421 e 111437.	III	3	3.787,50	3.637,50	7.425,00
			<b>Valor total do lote 03</b>			9.617,50	9.210,00	<b>18.827,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>86.132,50</b>

1.3. O critério adotado para a formação da estimativa dos valores dos serviços foi a média aritmética dos preços válidos obtidos na pesquisa de mercado, em conformidade com o Capítulo V – Da Estimativa de Preços do RLC/Conab e seus dispositivos correlatos, que disciplinam a obrigatoriedade, os parâmetros e a metodologia para elaboração da estimativa de preços no âmbito das contratações.

1.4. Após análise crítica dos dados coletados, nos termos do art. 187, foi fixado o valor estimado dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de R\$ 86.132,50 (oitenta e seis mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), conforme propostas compiladas no Mapa Comparativo de Proposta Id. 48440692.

**TABELA 2 - ESTIMATIVA DE VALORES DAS PEÇAS**

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	LOTE	UNIDADE ARMazenadora	RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS			ESTIMATIVA DE CUSTO DAS PEÇAS (SUBSTITUIÇÃO)			
			MARCAS, TIPOS E CAPACIDADE (KG) DAS BALANÇAS	CLASSE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DO BEM NOVO CONF. PESQUISAS	VALOR TOTAL DOS BENS	% PROPOSTO	VALOR TOTAL DA ESTIMATIVA
			Marte (Precisão) 5kg - Pat.: 111427 e 111430	II	2	3.573,00	7.146,00	50%	3.573,00
			Filizola (Bancada) 6kg - Pat.: 80557	III	1	1.427,02	1.427,02	50%	713,51
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat.: 16838	III	1	680,00	680,00	50%	340,00

Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia	1	<b>UA/IRECÊ - Rodovia BA 148, S/Nº, Bairro Universitário - CEP: 44.875-700 – Irecê/BA Contato: Sr. Nordnei Teixeira Telefone: (74) 3641-3392 E-mail: ba.ua-irece@conab.gov.br</b>	Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat.: 111420, 111422, 111423, 111424, 111433	III	5	5.430,00	27.150,00	50%	13.575,00
			Chialvo (Rodoviária) 60.000kg - Pat.: 2120662 - (Foi fixado o valor do bem em R\$ 70.000,00, correspondente ao limite de dispensa de licitação, adotando-se o percentual de 50% desse montante para a definição da estimativa de custos com peças e componentes)	III	1	-	70.000,00	50%	35.000,00
			<b>Valor total do lote 01</b>				106.403,02	50%	<b>53.201,51</b>
	2	<b>UA/ITABERABA R 242, Km 90, Lt 101 a 106 – Loteamento Cidade de Deus – Itaberaba/BA - CEP: 46.880-000 Contato: Sra. Francisca Celina Telefone: (75) 3251-1695 E-mail: ba.ua-itaberaba@conab.gov.br</b>	Marte (Precisão) 5kg - Pat. 111428 e 111431	II	2	3.573,00	7.146,00	50%	3.573,00
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg - Pat. 080.553	III	1	1.427,02	1.427,02	50%	713,51
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat. 016857	III	1	680,00	680,00	50%	340,00
			Welmy (Plataforma) 300kg - Pat. 111416	III	1	1.501,25	1.501,25	50%	750,62
			Filizola (Plataforma) 500kg - Pat. 1066609	III	1	1.501,25	1.501,25	50%	750,62
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat. 111434 e 111436.	III	2	5.430,00	10.860,00	50%	5.430,00
			MD B-650 (Plataforma) 3.000kg - Pat.: 080551	III	1	8.200,00	8.200,00	50%	4.100,00
			<b>Valor total do lote 02</b>				31.315,52	50%	<b>15.657,75</b>
	3	<b>UA/RIBEIRA DO POMBAL Estrada da Mirandela, BA 410, Km 05, S/Nº, Ribeira do Pombal/BA - CEP: 48.400-000 Contato: Sr. Roberto Fernandes Telefone: (75) 3276-1956 E-mail: ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br</b>	Marte (Precisão) 5kg – Pat. 111429	II	1	3.573,00	3.573,00	50%	1.786,50
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg – Pat. 80554 e 80556	IIi	2	1.427,02	2.854,04	50%	1.427,02
			Toledo (Bancada) 15kg – Pat. 16850	III	1	680,00	680,00	50%	340,00
			Welmy (Plataforma) 300kg – Pat. 111418	III	1	1.501,25	1.501,25	50%	750,62
			Welmy (Plataforma) 1.000kg – Pat. 084783	III	1	5.430,00	5.430,00	50%	2.715,00

			Líder (Plataforma) 1.000kg – Pat. 111435, 111421 e 111437	III	3	5.430,00	16.290,00	50%	8.145,00
			<b>Valor total do lote 03</b>				30.328,29	50%	<b>15.164,14</b>
<b>TOTAL GERAL (Soma = Lote 1 + Lote 2 + Lote 3)</b>									<b>84.023,40</b>

1.5. Considerando a eventual necessidade de substituição de peças e materiais durante a execução contratual, foi estimado o valor de até **R\$ 84.023,40** (Oitenta e quatro mil, vinte e três reais e quarenta centavos), conforme demonstrado na Tabela 2 deste Termo de Referência.

1.6. Trata-se de um valor **meramente estimativo**, uma vez que não é possível prever, de forma antecipada e precisa, quais componentes poderão demandar substituição em decorrência de desgaste, defeitos ou mau funcionamento ao longo da vigência contratual.

1.7. O valor estimado para peças e materiais deverá ser integralmente considerado pelas empresas licitantes em suas propostas comerciais, ainda que sua utilização efetiva dependa de necessidade concreta durante a execução do contrato.

1.8. Destaca-se que toda e qualquer substituição ou aquisição de peças e materiais estará condicionada à autorização prévia e formal da CONTRATANTE, mediante solicitação devidamente justificada e instruída.

**TABELA 3 - ESTIMATIVA TOTAL DA CONTRATAÇÃO ANUAL (SERVIÇOS + PEÇAS)**

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	LOTE	UNIDADE ARMAZENADORA	RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS			VALOR DA ESTIMATIVAS DOS SERVIÇOS (R\$)				TOTAL (R\$)	
						MANUTENÇÃO PREVENTIVA		MANUTENÇÃO CORRETIVA			
			MARCAS, TIPOS E CAPACIDADE (KG) DAS BALANÇAS	CLASSE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL		
Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento –	1	UA/IRECÊ Rodovia BA 148, S/Nº, Bairro Universitário - CEP: 44.875-700 – Irecê/BA Contato: Sr. Nordnei Teixeira Telefone: (74) 3641-3392 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-irece@conab.gov.br">ba.ua-irece@conab.gov.br</a>	Marte (Precisão) 5kg - Pat.: 111427 e 111430	II	2	1.250,00	2.500,00	975,00	1.950,00	4.450,00	
			Filizola (Bancada) 6kg - Pat.: 80557	III	1	1.050,00	1.050,00	975,00	975,00	2.025,00	
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat.: 16838	III	1	1.050,00	1.050,00	950,00	950,00	2.000,00	
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat.: 111420, 111422, 111423, 111424, 111433	III	5	1.475,00	7.375,00	1.375,00	6.875,00	14.250,00	
			Chialvo (Rodoviária) 60.000kg - Pat.: 2120662	III	1	11.540,00	11.540,00	13.530,00	13.530,00	25.070,00	
			Totais dos serviços do lote 1					23.515,00		24.280,00	47.795,00
			Valor estimado para substituição de peças – Lote 1 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR)								53.201,51
			Total geral do lote 01								100.996,51
	2	UA/ITABERABA Rod. 242, Km 90, Lt 101 a 106 – Loteamento Cidade de Deus – Itaberaba/BA - CEP: 46.880-000 Contato: Sra. Francisca Celina Telefone: (75) 3251-1695 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-itaberaba@conab.gov.br">ba.ua-itaberaba@conab.gov.br</a>	Marte (Precisão) 5kg - Pat. 111428 e 111431	II	2	1.092,50	2.185,00	1.027,50	2.055,00	4.240,00	
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg - Pat. 080.553	III	1	817,50	817,50	792,50	792,50	1.610,00	
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat. 016857	III	1	802,50	802,50	777,50	777,50	1.580,00	
			Welmy (Plataforma) 300kg - Pat. 111416	III	1	927,50	927,50	852,50	852,50	1.780,00	
			Filizola (Plataforma) 500kg - Pat. 1066609	III	1	1.192,50	1.192,50	1.092,50	1.092,50	2.285,00	
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat. 111434 e 111436.	III	2	1.377,50	2.755,00	1.247,50	2.495,00	5.250,00	
			MD B-650 (Plataforma) 3.000kg - Pat.: 080551	III	1	1.507,50	1.507,50	1.257,50	1.257,50	2.765,00	

Conab, no Estado da Bahia			Totais dos serviços do lote 2				10.187,00		9.322,50	19.510,00	
			Valor estimado para substituição de peças – Lote 2 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR)							15.657,75	
			Total geral do lote 02							35.167,75	
	3	UA/RIBEIRA DO POMBAL Estrada da Mirandela, BA 410, Km 05, S/Nº, Ribeira do Pombal/BA - CEP: 48.400-000 Contato: Sr. Roberto Fernandes Telefone: (75) 3276-1956 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br">ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br</a>	Marte (Precisão) 5kg – Pat. 111429	II	1	847,50	847,50	800,00	800,00	1.647,50	
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg – Pat. 80554 e 80556	III	2	847,50	1.695,00	822,50	1.645,00	3.340,00	
			Toledo (Bancada) 15kg – Pat. 16850	III	1	962,50	962,50	917,50	917,50	1.880,00	
			Welmy (Plataforma) 300kg – Pat. 111418	III	1	1.062,50	1.062,50	997,50	997,50	2.060,00	
			Welmy (Plataforma) 1.000kg – Pat. 084783	III	1	1.262,50	1.262,50	1.212,50	1.212,50	2.475,00	
			Lider (Plataforma) 1.000kg – Pat. 111435, 111421 e 111437	III	3	1.262,50	3.787,50	1.212,50	3.637,50	7.425,00	
			Totais dos serviços do lote 3					9.617,50		9.210,00	18.827,50
			Valor estimado para substituição de peças – Lote 3 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR)							15.164,14	
	Total geral do lote 03							33.991,64			
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA UM ANO										170.155,90	

1.9. O valor anual estimado consolidado da contratação anual é de R\$ 170.155,90 (cento e setenta mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), conforme apurado na Tabela 3 – Estimativa Total da Contratação, incluindo os valores relativos aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e os valores estimados das peças de reposição. Considerando que a vigência contratual da contratação está prevista para 5 (cinco) anos, o valor global estimado totaliza **R\$ 850.779,50** (oitocentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

1.10. A contratação será realizada pelo critério de maior desconto por lote, a ser aplicado sobre o *valor anual estimado* dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, nos termos do art. 208, inciso V, alínea ‘b’, do RLC/Conab. Para fins de julgamento das propostas, o valor estimado/valor de referência será público, e o modo de disputa adotado será o **aberto**.

1.11. Com vistas a prevenir distorções na composição dos preços e mitigar riscos de jogo de planilha, o desconto ofertado para o lote de serviços será aplicado **linearmente a todos os itens de serviços que o integram**, assegurando uniformidade, isonomia e proporcionalidade na formação da proposta vencedora, **mantendo-se inalterados os valores das peças de reposição**, que não sofrerão aplicação de desconto e deverão ser preservados integralmente conforme a planilha orçamentária.

1.12. O julgamento da licitação terá como parâmetro o maior percentual de desconto global oferecido para o lote, considerando o valor anual dos serviços, não sendo admitida a classificação de propostas com base em preços unitários ou parciais dos itens que o compõem.

1.13. Os serviços serão executados sob o regime de **tarifa**, nos termos da alínea ‘c’ do inciso IV do art. 208 do RLC/Conab, com pagamento proporcional à execução efetiva, mediante ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE.

1.14. Os preços de referência constantes da Tabela Estimativa vinculam obrigatoriamente os valores das peças e componentes, que deverão ser mantidos exatamente conforme previstos, não sendo admitida qualquer variação. Assim, a disputa limitar-se-á exclusivamente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sobre os quais incidirá o desconto proposto. As licitantes deverão considerar, em suas propostas, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, incluindo encargos sociais, tributos, materiais de apoio, ferramentas, equipamentos, deslocamentos e demais despesas, não sendo admitido pedido de valor adicional durante a vigência contratual.

1.15. A CONTRATANTE poderá, em caráter excepcional e devidamente justificado, ressarcir a CONTRATADA por despesas de deslocamento relacionadas a serviços corretivos, emergenciais ou manutenções eventuais, desde que previamente autorizados e formalmente comprovados, observando-se integralmente o disposto no item 6.11 deste Termo de Referência.

1.16. A manutenção corretiva será realizada sempre que identificadas falhas ou a necessidade de intervenção técnica para substituição de peças, seja durante as vistorias preventivas ou no curso da execução contratual, observando-se os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

1.17. Os recursos orçamentários decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Orçamento da Conab para o ano 2026, conforme segue: ND: **33.90.30.XX E 33.90.39.XX**, PTRES: **229526**, FONTE: **1000**.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, para atender as necessidades das balanças das Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Estado da Bahia, justifica-se pela necessidade de atendimento aos normativos internos da Companhia e legislação vigente, além de garantir a conformidade técnica e operacional dos equipamentos utilizados no recebimento e expedição de produtos.

2.2. A Norma de Armazenagem da Companhia (Norma nº 30.101), capítulo III, estabelece que:

*Item I – 1.1: “A pesagem dos produtos deve ser realizada, obrigatoriamente, por ocasião de sua recepção e expedição...”*

*Item 2 – 2.1, alínea ‘b’: “A calibração das balanças deve ser feita pelo menos uma vez por ano, incluindo a certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) ou empresa credenciada.”*

2.3. Dessa forma, é obrigatória a execução periódica de manutenção e calibração dos equipamentos de pesagem, com vistas a assegurar a

precisão das medições, a conformidade com padrões legais e a integridade das operações logísticas sob responsabilidade das Unidades Armazenadoras da Conab.

2.4. Os serviços em apreço serão contratados na modalidade Pregão Eletrônico, por serem caracterizados como serviço comum, na forma do Inciso XIII do art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e, portanto, possuem padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.5. Destaca-se, ainda, que é prática consolidada no mercado que empresas desse segmento ofereçam soluções completas, abrangendo tanto a execução dos serviços como o fornecimento de peças, calibração e emissão de certificados. Há, inclusive, diversos prestadores especializados operando sob esse modelo de negócio, conforme consulta realizada junto ao site do Inmetro/Ibmetro.

2.6. Nesse contexto, a contratação em lotes, com a atribuição integral de cada lote a um único fornecedor revela-se uma medida técnica e economicamente vantajosa, promovendo, maior eficiência operacional na execução do contrato, racionalização da gestão contratual por parte da Administração, redução de custos indiretos, deslocamentos e retrabalho e melhor alinhamento técnico das soluções oferecidas.

### 3. DO OBJETIVO

3.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar o cumprimento das normas metrológicas e regulatórias vigentes, garantir a continuidade e a regularidade dos serviços de pesagem nas Unidades Armazenadoras da Conab na Bahia e promover a segurança, a confiabilidade e a precisão das medições realizadas. Visa, ainda, proporcionar ganhos em eficiência operacional e economicidade, bem como possibilitar a obtenção e/ou renovação do selo de conformidade do Inmetro/Ibmetro, mediante a adequada aprovação técnica das balanças, atestando sua conformidade com os requisitos legais e técnicos aplicáveis.

### 4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 05 (cinco) anos (conforme artigos 461 a 462 do RLC), contados da data de sua assinatura.

4.2. Tendo sido adotado o prazo máximo legal permitido, não haverá possibilidade de prorrogação contratual, conforme o limite estabelecido pelo artigo 461 do RLC/Conab.

4.3. A cada 12 (doze) meses, deverá ser feita uma reavaliação da contratação (Art. 492 - Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC), de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada.

### 5. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 5.1. Da Qualificação Técnica

5.1.1. As empresas licitantes deverão apresentar documentação de habilitação técnica, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos.

##### a) Capacidade técnico-operacional:

a.1) Para efeito de caracterização da compatibilidade, é definida como relevante a seguinte parcela do objeto: ter realizado, no mínimo, 02 (duas) manutenções em balanças de acordo com a classe especificada nas Tabelas 1, 2 e 3 deste Termo de Referência;

a.2) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior;

a.3) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.4) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

a.5) Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos;

a.6) Considerando que os três lotes possuem objeto idêntico em natureza e complexidade técnica, admite-se a apresentação de um mesmo atestado de capacidade técnica para mais de um lote, desde que o documento comprove a execução de serviços compatíveis com aqueles descritos neste Termo de Referência;

a.7) Poderá ser admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, os quais equivalerão, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

a.8) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais (quando disponíveis), endereço atual da contratante e local da prestação dos serviços;

a.9) O atestado deverá conter nome, endereço e telefone da pessoa jurídica emitente, ou qualquer outro meio que permita à Conab contatar a declarante;

a.10) A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

##### b) Capacidade técnico-profissional:

b.1) A empresa deverá comprovar ser autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro, para a realização de serviços de manutenção e calibração de balanças, conforme determina a Portaria Inmetro nº 157/2022, devendo tal autorização estar vigente durante toda a execução contratual;

b.2) Deverá comprovar que possui em seu quadro profissional(is) legalmente habilitado(s) para a execução dos serviços, com formação compatível (técnico em eletrônica, técnico em eletromecânica, técnico em metrologia ou correlatos), devidamente registrado(s) no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, nos termos da Lei nº 13.639/2018;

b.3) O vínculo do(s) profissional(is) habilitado(s) com a empresa deverá ser comprovado por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou instrumento equivalente, devendo ser apresentada, quando aplicável, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente emitido pelo CRT;

b.4) A empresa deverá indicar formalmente o responsável técnico perante a Conab no momento da habilitação, permanecendo tal indicação válida durante a execução contratual, salvo substituição devidamente justificada e aceita pela Administração.

5.2.

#### **Da Vistoria**

5.2.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por empregado designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 horas às 16h00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefones constantes da Tabela 1 do subitem 1.2 deste Termo de Referência, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Declaração assinada pelo licitante de que realizou vistoria no local da prestação do serviço e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com esta Conab, na forma do Anexo III deste TR; ou

b) Declaração emitida pelo licitante optante por não realizar a vistoria de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade pela sua opção e que não utilizará desta para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com esta Conab, na forma do Anexo IV deste TR.

5.2.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.2.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

6.

### **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.

#### **Da Classificação dos Serviços**

6.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento de peças quando necessárias, são classificados como serviços comuns, nos termos do inciso XIII do art. 3º do RLC/Conab, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, em conformidade com as normas técnicas do Inmetro/Ibmetro, com a Portaria Inmetro nº 157/2022 e com demais regulamentos aplicáveis. Trata-se de atividade padronizada, amplamente disponível no mercado e passível de especificação clara e precisa.

6.1.2. Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por tarefa, mediante ordens de serviço, sendo vedada qualquer relação de pessoalidade ou subordinação direta entre os empregados da contratada e a Conab. A contratada responderá, de forma exclusiva, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, não cabendo à Conab qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

6.2.

#### **Do Detalhamento dos Serviços:**

6.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento de peças quando necessárias, das balanças de pesagem a serem executados pela CONTRATADA, abrangem as seguintes atividades mínimas:

##### **6.2.2. Da Manutenção Preventiva**

6.2.2.1. A manutenção preventiva será realizada anualmente, preferencialmente antes do vencimento do selo de certificação/conformidade emitido pelo Inmetro/Ibmetro, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, de modo a assegurar a conservação, o desempenho adequado e o funcionamento confiável das balanças. Deverá contemplar, obrigatoriamente, a fixação da Etiqueta de Reparo (Marca de Reparo), conforme modelo oficial da RBMLQ-I e exigências da Portaria Inmetro nº 157/2022 e demais normas vigentes.

6.2.2.2. As atividades mínimas a serem executadas incluem:

- a) Inspeção técnica completa da balança, abrangendo a estrutura física, células de carga, componentes eletrônicos, cabeamento e acessórios;
- b) Limpeza técnica de partes móveis, pontos de apoio, células de carga e outros componentes sujeitos à presença de resíduos ou acúmulo de sujeira;
- c) Verificação e reaperto de conexões elétricas e mecânicas;
- d) Ajuste e calibração de sensores, limitadores e sistemas de apoio;
- e) Teste e correção do nivelamento da balança, quando aplicável;
- f) Lubrificação de componentes móveis, conforme recomendação do fabricante;
- g) Diagnóstico preventivo dos sistemas eletrônicos e de comunicação;
- h) Aferição preliminar com pesos-padrão certificados, para verificação e ajuste básico de leitura.
- i) Calibração técnica completa, com emissão de Certificado de Calibração rastreável aos padrões da Rede Brasileira de Calibração (RBC), conforme requisitos da Portaria Inmetro nº 157/2022 e demais regulamentos metrológicos.

6.2.2.3. Ao final da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico detalhado, assinado pelo responsável técnico, contendo checklist das atividades realizadas, resultados da calibração, eventuais não conformidades encontradas e recomendações de correção.

6.2.2.4. Caso, durante a execução da manutenção preventiva, seja identificada a necessidade de substituição de peças ou de outras intervenções que caracterizem manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, apresentando relatório técnico e proposta detalhada dos reparos necessários, devendo aguardar a emissão da respectiva Ordem de Serviço para execução da manutenção corretiva. Nessa hipótese, a CONTRATADA fará jus ao pagamento integral da manutenção preventiva já executada, uma vez que os serviços correspondentes foram devidamente prestados e são independentes da necessidade posterior de manutenção corretiva.

##### **6.2.3. Manutenção Corretiva (sob demanda)**

6.2.3.1. A manutenção corretiva será realizada sempre que identificadas falhas ou a necessidade de intervenção técnica para substituição de peças, com o objetivo de restabelecer a funcionalidade e a conformidade das balanças, seja durante as vistorias de manutenção preventiva, seja no decorrer da prestação dos serviços. A execução deverá observar os seguintes requisitos mínimos:



- a) Avaliação técnica e identificação da falha funcional ou estrutural do equipamento;
- b) Correção de defeitos e realização de todos os ajustes necessários para o restabelecimento da funcionalidade e da conformidade metrológica;
- c) Substituição de peças defeituosas, mediante autorização prévia da fiscalização e com ressarcimento pela Conab, observando-se o uso exclusivo de peças originais ou equivalentes homologadas pelo fabricante ou pela RBMLQ-I, com comprovação de procedência;
- d) Reparos em módulos eletrônicos e de comunicação, quando tecnicamente viável;
- e) Calibração pós-reparo, com emissão de Certificado de Calibração rastreável à RBC, em conformidade com a Portaria Inmetro nº 157/2022;
- f) Execução preferencialmente in loco, no local de instalação do equipamento; nos casos em que for necessária a remoção da balança, a retirada e a devolução deverão ser realizadas sem ônus adicional à Contratante;

6.2.3.2. A manutenção corretiva será executada exclusivamente sob demanda, mediante ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, e estará condicionada à apresentação e aprovação de orçamento detalhado, contendo a relação das peças a substituir, justificativa técnica e demais elementos que subsidiem a análise de conveniência e oportunidade pela Administração.

6.2.3.3. Ao término de cada intervenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico circunstanciado, assinado por profissional responsável, contendo a descrição da falha, serviços executados, peças substituídas, resultados da calibração e demais informações pertinentes.

6.2.3.4. A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, com participação obrigatória de profissional devidamente credenciado pelo Inmetro/Ibmetro, observando rigorosamente os critérios de segurança, precisão e qualidade exigidos pelas normas metrológicas vigentes

### 6.3. **Das Condições Gerais**

6.3.1. Todos os serviços deverão atender integralmente às normas técnicas e metrológicas vigentes, em especial às disposições da Portaria Inmetro nº 157/2022 e demais regulamentos aplicáveis;

6.3.2. As calibrações deverão ser realizadas exclusivamente por profissionais ou empresas devidamente credenciados e com autorização ativa junto ao Inmetro/Ibmetro, devendo tal credenciamento permanecer válido durante toda a execução contratual;

6.3.3. As despesas com transporte de equipamentos, deslocamento de pessoal, diárias, hospedagem, alimentação, materiais de apoio, ferramentas, equipamentos de segurança e quaisquer outros encargos necessários à execução dos serviços preventivos e corretivos deverão estar integralmente inclusas nos preços ofertados, não cabendo à Conab qualquer pagamento adicional, salvo nos casos expressamente previstos neste Termo de Referência;

6.3.4. A CONTRATADA deverá fornecer, a cada serviço executado, relatório técnico circunstanciado, acompanhado do respectivo Certificado de Calibração rastreável à RBC, quando aplicável, para fins de comprovação e fiscalização.

### 6.4. **Do Local e Prazo de Execução**

6.4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser realizados nos endereços indicados nas Tabelas 1, 2 e 3, observando-se o horário de atendimento das Unidades Armazenadoras: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, exceto em feriados locais e nacionais.

6.4.2. Os serviços relativos à primeira manutenção preventiva deverão ser iniciados em até 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de envio da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, a qual poderá ser formalizada por e-mail institucional ou mediante entrega presencial ao representante da CONTRATADA, valendo como marco inicial para contagem do prazo o registro da comunicação.

6.4.3. As demais manutenções preventivas serão realizadas anualmente, em período que anteceda as visitas do Ibmetro aos municípios onde estão localizadas as Unidades Armazenadoras, devendo o efetivo cronograma de execução ser ajustado entre a fiscalização da CONTRATANTE e a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.4.4. As manutenções corretivas e emergenciais poderão ser demandadas a qualquer tempo, mediante emissão de OS específica pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA mobilizar equipe técnica em prazo compatível com a urgência do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

### 6.5. **Da Rotina de Execução dos Serviços**

6.5.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em balanças, descritos no item 6.2 deste Termo de Referência e nas normas do Inmetro/Ibmetro, serão prestados **in loco** nas dependências das Unidades Armazenadoras, por profissionais qualificados e identificados, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e vinculado à CONTRATADA.

6.5.2. As manutenções preventivas serão realizadas de forma programada, conforme cronograma definido pela CONTRATANTE, enquanto as manutenções corretivas ocorrerão sob demanda, sempre mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela fiscalização.

6.5.3. Cada OS deverá conter, no mínimo: número sequencial por ano; especificação se emergencial ou não; data e hora da solicitação; duração e datas de início e término previstas; local da execução; e descrição do serviço. As OS poderão ser emitidas por e-mail institucional para conta(s) indicada(s) pela CONTRATADA ou entregues em via impressa, sendo obrigatório o registro de confirmação de recebimento.

6.5.4. Os prazos de atendimento serão:

- a) OS não emergenciais (programadas): início em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento;
- b) OS emergenciais: início em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, devendo a intervenção ser concluída no prazo fixado na própria OS.

6.5.5. O descumprimento injustificado dos prazos, bem como a falta de ferramentas, materiais ou habilidades técnicas adequadas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no contrato e no RLC/Conab, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

6.5.6. A CONTRATADA deverá manter equipe e estrutura compatíveis para cumprimento das ordens emitidas, cabendo-lhe acompanhar constantemente a conta de e-mail indicada para o recebimento das OS.

6.5.7. Nos casos em que a execução corretiva não puder ser realizada nas dependências da Unidade Armazenadora, a

remoção da balança para oficina própria da CONTRATADA dependerá de justificativa técnica formal e de autorização prévia da fiscalização e da Gerência da Unidade, devendo observar-se o Capítulo XI da Norma de Administração e Controle de Patrimônio – 60.202.

6.5.8. Todas as despesas relacionadas ao transporte, logística e devolução dos equipamentos correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade financeira a esse título.

6.5.9. A CONTRATADA deverá manter arquivo físico e digital de todas as OS recebidas e dos relatórios técnicos correspondentes, os quais deverão ser enviados à fiscalização da CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e liquidação dos serviços.

6.5.10. A ordem de serviço de manutenção seguirá o seguinte modelo:

Conab Companhia Nacional de Manutenção		Ordem de Serviço de Manutenção		Nº _____/2018	
Tipo de Serviço: <input type="checkbox"/> Programado <input type="checkbox"/> Emergencial		Data: _____/_____/____			
Prazo para conclusão: _____ dias		Prazo para entrega: _____ dias			
Local Equipamento:					
Descrição dos serviços:					
Data: _____/_____/____		Assinatura: _____			
RECEBIDO PELA CONTRATADA		Assinatura: _____			
Data: _____/_____/____		CONTRATADA			

#### 6.6. **Da Garantia dos Serviços**

6.6.1. Os serviços prestados deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

6.6.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá refazer o serviço ou parte dele, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação formal da fiscalização sobre a necessidade de correção.

6.6.3. Caso o equipamento não seja aprovado em aferição ou vistoria técnica realizada pelo Inmetro/Ibamet, a CONTRATADA deverá refazer integral ou parcialmente os serviços, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal expedida pela CONTRATANTE.

6.6.4. O refazimento dos serviços implicará na recontagem do prazo de garantia, contado novamente da data do novo recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

6.6.5. As peças substituídas deverão ser novas, originais ou homologadas, e contar com garantia mínima de 6 (seis) meses, a qual será independente e cumulativa à garantia do serviço prestado.

6.6.6. O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no RLC/Conab e no contrato, sem prejuízo da aplicação de penalidades adicionais cabíveis.

#### 6.7. **Dos Materiais a serem Disponibilizados**

6.7.1. Caberá à CONTRATADA fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e recursos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- pesos-padrão devidamente rastreáveis à Rede Brasileira de Calibração (RBC);
- ferramentas de manutenção em perfeito estado de uso;
- materiais de consumo e insumos técnicos;
- equipamentos auxiliares (como caminhão munck, quando necessário);
- equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs), em conformidade com as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NR/MTE.

6.7.2. Todos os materiais, instrumentos e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente calibrados e certificados, quando aplicável, de forma a assegurar a qualidade e a segurança da execução dos serviços.

6.7.3. A CONTRATANTE não fornecerá nenhum item para a execução dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA garantir todos os meios necessários ao cumprimento do objeto contratual, respondendo esta por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do uso inadequado, defeituoso ou da ausência dos materiais e equipamentos exigidos.

#### 6.8. **Do Ressarcimento/Pagamento de Peças e Materiais Substituídos**

6.8.1. O valor relativo às peças e materiais somente será objeto de pagamento ou ressarcimento se houver autorização formal prévia da CONTRATANTE, emitida por e-mail institucional, após o cumprimento dos seguintes procedimentos pela CONTRATADA:

- apresentação de pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores distintos para cada item a ser substituído, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, internalizada no RLC/Conab;
- caso a CONTRATADA também comercialize o item, deverá apresentar o seu próprio preço acompanhado de outras 2 (duas) cotações externas, totalizando 3 (três) orçamentos distintos;
- envio de comunicação formal à CONTRATANTE, por e-mail, contendo as cotações obtidas, preferencialmente em documentos emitidos pelos fornecedores, discriminando razão social, CNPJ, contato, telefone/e-mail, marca, modelo, validade da proposta e demais especificações técnicas;

d) a CONTRATANTE se reserva o direito de verificar a autenticidade das cotações junto às empresas consultadas.

6.8.2. O valor a ser ressarcido corresponderá ao menor valor obtido nas cotações apresentadas, desde que formalmente aprovado pela CONTRATANTE.

6.8.3. Os valores estimados para peças constantes da Tabela 3 – Estimativa Total da Contratação (Serviços+Peças) poderão ser realocados entre equipamentos, observados cumulativamente os seguintes critérios:

- a) limite do valor global estabelecido para o lote e disponibilidade de saldo;
- b) avaliação técnica e administrativa pelo fiscal do contrato;
- c) justificativa técnica para substituições com custo superior a 50% do valor do bem, com análise de conveniência e oportunidade;
- d) autorização prévia e expressa do fiscal/gestor do contrato.

6.8.4. O pagamento referente à manutenção corretiva e ao ressarcimento de peças poderá ser realizado mediante emissão de uma única nota fiscal, desde que nela estejam claramente segregados e discriminados os seguintes itens:

- a) valor da manutenção corretiva (conforme proposta comercial homologada);
- b) valor das peças substituídas, previamente autorizadas pela CONTRATANTE.

6.8.5. O pagamento somente será efetuado após o ateste formal do fiscal do contrato, instruído com:

- a) OS autorizando a execução;
- b) relatório técnico circunstanciado da manutenção realizada;
- c) laudo/justificativa de substituição da peça;
- d) cotações de mercado arquivadas pela CONTRATADA e conferidas pela fiscalização.

#### 6.9. **Do Instrumento de Medição de Resultados**

6.9.1. Durante a vigência do contrato, a Conab adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo VI deste Termo de Referência, como ferramenta para avaliar a qualidade, a eficiência e a conformidade da execução dos serviços.

6.9.2. O IMR aferirá, mediante critérios objetivos previamente definidos pela Conab, se a execução dos serviços atende às condições estabelecidas neste Termo de Referência e alcança os resultados esperados. Os resultados deverão ser registrados em relatórios periódicos da fiscalização, que servirão de base para a liquidação da despesa.

6.9.3. O pagamento à CONTRATADA estará condicionado à aferição positiva do IMR, admitida a aplicação de glosas proporcionais, quando verificado desempenho parcial, e de multas contratuais ou rescisão, em caso de descumprimento reiterado ou grave das obrigações.

6.9.4. A utilização do IMR não exclui a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, tais como relatórios técnicos, checklists de manutenção e inspeções in loco, podendo seus resultados ser considerados para fins de fiscalização, auditoria e responsabilização contratual.

#### 6.10. **Do Recebimento dos Serviços**

6.10.1. Os serviços contratados serão recebidos em duas etapas, conforme previsto no art. 526 A 531 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab

a) Recebimento Provisório – ocorrerá em até 5 (cinco) dias, após a execução de cada serviço, mediante emissão de relatório técnico pela CONTRATADA, contendo todas as informações avaliações/verificações exigidas, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório pela CONTRATANTE;

b) Recebimento Definitivo – será realizado após a verificação da eficácia dos serviços, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definido neste Termo de Referência e nas condições técnicas estabelecidas, no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento provisório, por meio de inspeção técnica da funcionalidade dos equipamentos, realizada pelos Fiscais da CONTRATANTE.

6.10.2. A constatação de falhas ou ineficácia na execução do serviço, apuradas durante a verificação técnica de funcionalidade dos equipamentos, acarretará a rejeição do serviço e sua reaplicação, sem ônus adicional à CONTRATANTE, observando-se o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após notificação formal.

6.10.3. O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, ficando esta sujeita às penalidades contratuais caso sejam identificadas irregularidades, mesmo após o aceite final.

6.10.4. A fiscalização do contrato será exercida por representante formalmente designado pela CONTRATANTE, que registrará os eventos, conformidades e inconformidades durante a execução contratual, em conformidade com o art. 538 do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da Conab.

#### 6.11. **Dos Deslocamentos - Pagamento por quilometragem percorrida**

6.11.1. Como regra geral, os custos com deslocamento da equipe técnica da CONTRATADA até as Unidades Armazenadoras correrão por conta exclusiva da própria CONTRATADA, devendo tais despesas estar integralmente contempladas na proposta comercial e/ou na planilha orçamentária apresentada.

6.11.2. Somente em situações excepcionais e devidamente justificadas, quando expressamente previsto neste Termo de Referência e autorizado pela CONTRATANTE, poderá ser concedido o pagamento de despesa de deslocamento (quilometragem), desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) solicitação formal da CONTRATANTE para execução de serviços corretivos, emergenciais e inadiáveis; ou
- b) solicitação prévia da CONTRATADA, acompanhada de justificativa técnica e cronograma detalhado, com anuência da CONTRATANTE antes da realização da despesa.

6.11.3. O valor do deslocamento a ser pago será calculado conforme a seguinte fórmula:  $VR = D \times (P_{\text{combustível}} \times 25\%)$ , onde:

- **VR** = valor do ressarcimento;
- **D** = distância considerada (km);

- **P\_combustível** = preço médio de referência (gasolina comum, etanol hidratado ou óleo diesel), apurado conforme metodologia definida neste TR;
- **25%** = percentual aplicado para definição do custo por quilômetro rodado.

6.11.4. Para fins de estimativa da quilometragem, considera-se a matriz da CONTRATADA situada em Salvador/BA, adotando-se os seguintes limites máximos de deslocamento (ida e volta):

- UA/Irecê: até 960 km;
- UA/Itaberaba: até 560 km;
- UA/Ribeira do Pombal: até 580 km.

6.11.5. O cálculo da estimativa foi realizado com base na média dos preços máximos de revenda, sendo da gasolina comum R\$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos), etanol hidratado R\$ 4,73 (quatro reais e setenta e três centavos) e óleo diesel R\$ 5,97 (cinco reais e noventa e sete centavos), conforme levantamento publicado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para o período de 19 a 25 de outubro de 2025, preço médio na Bahia, disponível em <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>.

6.11.6. Cálculo da Média:  $x = (G + E + D) \div 3 \rightarrow x = (6,29 + 4,73 + 5,97) \div 3 \rightarrow x = 5,66$ , onde:

- G = Gasolina Comum; E = Etanol hidratado; D = Óleo Diesel.

6.11.7. Para o cálculo do valor do deslocamento por quilômetro rodado, considerou-se a seguinte fórmula: **VR/km = R\$ 5,66 × 25% = R\$ 1,42/km.**

6.11.7.1. Tabela estimativa:


Unidade	Distância (Ida e volta)	valor unitário/Km	Total/Viagem	Previsão de viagens
UA/Irecê	960	1,42	1.363,20	10
UA/Itaberaba	560	1,42	795,20	10
UA/Ribeira do Pombal	580	1,42	823,60	10
Total Geral				

6.11.8. Para efeito de estimativa orçamentária e planejamento da contratação, considerou-se a previsão de até 10 (dez) deslocamentos por Unidade Armazenadora ao longo da vigência contratual de 05 (cinco) anos, totalizando o montante estimado de R\$ 29.820,00 (vinte e nove mil, oitocentos e vinte reais).

6.11.9. Para cada deslocamento autorizado nos termos deste item, a CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de abastecimento (cupom fiscal/NFC-e), cujos dados deverão ser relacionados no formulário “Solicitação de Pagamento de Quilometragem”, conforme modelo, os quais servirão de base para o cálculo do ressarcimento.

6.11.10. O valor a ser ressarcido será apurado com base na média dos preços efetivamente praticados e comprovados por meio das notas fiscais ou cupons de abastecimento apresentados, correspondentes aos combustíveis utilizados na viagem (gasolina comum, etanol hidratado ou óleo diesel), considerando que os preços de revenda são livres e variáveis, não estando sujeitos a tabelamento oficial.

6.11.11. Modelo do formulário Solicitação de Pagamento de Quilometragem:

		<b>SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE QUILOMETRAGEM</b>				Data:	
1. Nome da Contratada:					2. CNPJ:		
3. Nº do Contrato:					4. Tipo de Veículo e Placa:		
5. Nome legível do profissional da contratada (motorista em deslocamento):					6. CPF:		
7. Unidade Armazenadora atendida:							
8. Autorização da Conab:							
<b>RESUMO DOS ABASTECIMENTOS</b>							
9. Data de Abastecim.	10. Localidade (Município)	11. Km de Saida	12. Km de Chegada	13. Km Percorridos	14. Quant. de litros	15. Valor Unitário (R\$)	16. Valor Total da Cupom/NFC-e (R\$)
				0			
				0			
				0			
				0			
				0			
				0			
				0			
				0			
				0			
17. Totais				0	0	0	0
18. Média dos preços unitário dos combustíveis utilizados nos abastecimentos						#DIV/0!	
19. Média de consumo de combustíveis na viagem						#DIV/0!	
<b>CÁLCULO DO VALOR DA QUILOMETRAGEM PARA EFEITO DE PAGAMENTO</b>							
19. Média dos preços dos combustíveis utilizados na viagem						#DIV/0!	
20. Total da quilometragem percorrida (Km)						0	
21. Valor total do pagamento devido (25% Sobre a média dos preços unitário dos combustíveis)						#DIV/0!	
22. Observação:							

6.11.12. Com o objetivo de otimizar a logística e assegurar a eficiência na execução dos serviços, o Fiscal do Contrato poderá definir previamente as rotas de deslocamento mais adequadas, observando critérios operacionais, econômicos e de acesso às Unidades Armazenadoras, sendo que a quilometragem a ser considerada será calculada com base na distância entre a sede da CONTRATADA ou, quando aplicável, o local de onde a equipe técnica for efetivamente mobilizada para a execução dos serviços, devendo essa distância ser previamente apurada e registrada pelo Fiscal do Contrato, servindo como parâmetro para o cálculo do valor devido, quando autorizado nos termos deste Termo de Referência.

6.11.13. O pagamento do deslocamento será efetuado exclusivamente mediante fatura específica e deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

- Formulário “Solicitação de Pagamento de Quilometragem” devidamente preenchido;
- Cópia dos comprovantes de abastecimento realizados no percurso da viagem, com anotações de placa e quilometragem do veículo utilizado na viagem;
- Autorização prévia da CONTRATANTE para o deslocamento reembolsável;
- Cópia da Ordem de Serviço correspondente.

6.11.14. Não serão reembolsadas as despesas com deslocamentos não autorizados previamente, realizados fora dos limites de quilometragem estabelecidos, com abastecimentos efetuados em locais ou percursos não correspondentes ao roteiro da viagem, ou ainda aqueles desacompanhados da documentação comprobatória exigida neste subitem.

## 7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, conforme parâmetros do art. 439 do RLC/Conab, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro;
- Seguro-garantia; ou
- Fiança bancária.

7.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.

7.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria

7.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

- 7.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.
- 7.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.
- 7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.8. No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.9. No caso de contratação com vigência superior a 01 (um) ano a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.
- 7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.12. Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
  - b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no subitem 7.6; ou
  - c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no subitem 7.6.

## 8. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do Contrato e pela verificação da aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela prestação dos serviços e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.
- 8.2. Para cumprimento do Contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
- 8.2.1. **Fiscal do Contrato:** é o empregado ou a comissão designada pela CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;
  - 8.2.2. **Preposto:** funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 8.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente Contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.
- 8.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.
- 8.5. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 8.6. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 8.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 8.8. A CONTRATADA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:
- a) efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do Contrato;
  - b) fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da CONTRATADA para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;
  - c) zelar pela manutenção, durante a execução do Contrato, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, nas normas regulamentadoras e na legislação correlata do meio ambiente, segurança e medicina de trabalho, como também da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas;
  - d) zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e
  - e) zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.
- 8.9. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à CONTRATANTE.
- 8.10. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da CONTRATADA poderá ser um dos empregados designados para a execução dos serviços.
- 8.11. A fiscalização, conforme arts. 545 à 548 do RLC, avaliará constantemente a execução dos serviços e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no item 6.9 e no Anexo VI, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.12. Durante a execução do objeto, a fiscalização monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.15. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.16. A fiscalização verificará a conformidade do material e equipamentos, inclusive de EPI'S, a serem utilizados na execução dos serviços junto ao documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.17. A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 510 do RLC.

8.18. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.19. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do art. 519 do RLC.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designado;
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) utilizar empregados habilitados, capacitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, mantendo responsável técnico registrado em conselho profissional competente;
- f) apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários;
- g) apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Conab para a execução dos serviços;
- h) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- i) atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços;
- j) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Conab e a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência nesse sentido;
- k) instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas

pelo Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

l) relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

m) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

n) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, inclusive dados técnicos, operacionais, logísticos e estratégicos da CONTRATANTE;

o) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto nas hipóteses do art. 497 do RLC da Conab;

p) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como prova de atendimento aos requisitos do INMETRO/IBAMETRO como empresa credenciada;

r) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab durante a realização do Contrato;

s) indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;

t) dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto contratual;

u) repor/substituir as peças ou materiais necessários ao correto funcionamento dos equipamentos;

v) apresentar ao final dos serviços relatório técnico circunstanciado, contemplando os serviços realizados, a situação de cada equipamento e os certificados de calibração, quando aplicável;

w) adotar todas as medidas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ambiental exigidas pela legislação vigente, responsabilizando-se integralmente por eventuais acidentes, danos ambientais ou infrações administrativas;

x) observar e cumprir as disposições deste Termo de Referência relativas aos deslocamentos e ressarcimentos de quilometragem, apresentando a documentação comprobatória exigida em cada caso;

y) assegurar a continuidade da execução contratual, mesmo em caso de greves, paralisações ou desligamentos de empregados, adotando providências imediatas para substituição e recomposição da equipe;

z) manter registros e evidências documentais de todos os serviços realizados, garantindo a rastreabilidade completa das atividades executadas, inclusive quanto à data, local, responsável técnico e peças utilizadas.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

a) No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

b) No prazo de até 07 (sete) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o Fiscal Funcional deverá realizar a análise de toda a documentação apresentada pela CONTRATADA, avaliar a execução por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) com detalhamento da execução contratual, em consonância com suas atribuições;

c) Constatadas impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, estas deverão ser comunicadas por escrito à CONTRATADA, no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação;

d) Sanadas as impropriedades e/ou irregularidades a que se referem a alínea anterior, o Fiscal Funcional ou a Comissão de Fiscalização, no prazo de 03 (dois) dias corridos contados do efetivo saneamento das falhas, deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

e.1) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação e, caso ainda haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções no prazo concedido para a sua regularização dentro do estabelecido para o recebimento definitivo.

e.2) Emitir Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

e.3) Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no art. 559 do RLC.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis a CONTRATADA, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

11.5.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.5.2. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.5.3. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão



contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.5.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

11.6. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

11.7. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.8. As eventuais multas impostas a CONTRATADA em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

11.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

**EM = I x N x VP**, onde:

**EM** = Encargos Moratórios devidos;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100)/365]$ ;

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

**VP** = Valor da prestação em atraso.

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, aplicando-se no máximo o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE acumulado no período, devendo ser feita na ocasião às devidas negociações entre as partes e a justificativa técnica para o percentual a ser aplicado, observando o limite aqui estabelecido.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, e assim sucessivamente;

12.3. Serão objeto de preclusão, os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

- a) assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;
- b) data em que o Contrato completar 01 (um) ano, 02 (dois) anos e assim sucessivamente; ou
- c) encerramento do Contrato.

12.4. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o Contrato completar 01 (um) ano, 02 (dois) anos e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de Contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

## 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

15.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

15.4. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

15.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

15.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

15.7. **Da sanção de advertência:**

15.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

15.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 15.5.

15.8. **Da sanção de multa:**

15.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;
- d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual, conforme item 7.4;
- e) multa moratória de 1 % (um por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;
- f) multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias.
- e.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- g) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;
- i) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- j) multa de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor anual do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 4 e 5 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 4 e 5:

**TABELA 4**

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	
a)	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
b)	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;
c)	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;
d)	Recusar-se a executar serviço determinado, pela fiscalização, por serviço e por dia;
Para os itens a seguir, deixar de:	
e)	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;
f)	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;
g)	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização e por ocorrência;
h)	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato, por dia;
i)	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA, por funcionário;

**TABELA 5**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor anual do contrato
2	0,4% sobre o valor anual do contrato
3	0,8% sobre o valor anual do contrato
4	1,6% sobre o valor anual do contrato
5	3,2% sobre o valor anual do contrato

k) multa compensatória definida no Instrumento de Medição de Resultado IMR, Anexo VI do Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos.

k) Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

15.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

15.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectivo CONTRATADA, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá A CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

15.9. **Da sanção de suspensão:**

15.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

15.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

15.9.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

15.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

## **16. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.

16.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

16.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

16.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do RLC.

16.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

16.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

16.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## **17. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

17.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

## **18. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. Compete à CONTRATADA, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

18.2. A CONTRATADA se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

## **19. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**

19.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

19.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Matriz de Riscos;
- b) Anexo II - Modelo de Apresentação de Proposta;

- c) Anexo III – Declaração de Vistoria Técnica;
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica;
- e) Anexo V – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública; e
- f) Anexo VI – Modelo de Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Elaborado por:

Área Demandante: Área Técnica:

Mario Alves da Silva	
Sector de Operações de Estoques - SEOPE	
Assistente de Operações - ATO III	

**Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço.**

Área Demandante: Área Técnica:

**Jaqueline Cerqueira Veloso NOME**

**Sector de Operações de Estoques Sector na Sureg ou Gerência na Matriz**

**Encarregada Encarregado ou Gerente**

**Francisco dos Reis Lopes Neto NOME**

**Gerência de Operações Gerência na Sureg ou Superintendência na Matriz**

**Gerente Gerente ou Superintendente**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MATRIZ DE RISCOS**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia.

Identificação				5. Avaliação			Tratamento ao Risco	
1. Fase	2. Evento de Risco	3. Causa(s)	4. Consequência(s)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	6. Nível de Risco (P) x (I)	7. Resposta ao evento do Risco	8. Responsável
<b>Planejamento</b>	Alteração normativa sobre metrologia legal	Mudança de diretrizes do Inmetro/Ibmetro	Necessidade de readequação técnica e contratual	2	3	6 (Médio)	Acompanhar sistematicamente alterações normativas; prever cláusula de adaptação contratual	Contratante
<b>Planejamento</b>	Definição inadequada do escopo técnico	Falta de detalhamento de modelos e capacidades das balanças	Escopo incompleto e retrabalho	3	3	9 (Elevado)	Revisão técnica com base nos levantamentos das UAs e documentação fotográfica	Contratante
<b>Planejamento</b>	Falha na previsão orçamentária	Dotação insuficiente ou atraso na liberação de recursos	Interrupção ou atraso na contratação	2	4	8 (Elevado)	Planejamento orçamentário antecipado e alinhamento com área financeira	Contratante
<b>Planejamento</b>	Erro na estimativa de preços de referência	Falta de propostas válidas ou variação de mercado	Valor irreal e risco de fracasso da licitação	3	3	9 (Elevado)	Ampliar pesquisa de preços e validar consistência com Painel de Preços e contratos similares	Contratante
<b>Seleção de Fornecedor</b>	Licitação deserta ou fracassada	Baixa atratividade ou exigências excessivas	Necessidade de republicação e atraso no cronograma	2	4	8 (Elevado)	Ampliar divulgação, revisar exigências e garantir valor de referência realista	Contratante
<b>Seleção de Fornecedor</b>	Propostas inexequíveis	Subavaliação de custos ou erro de dimensionamento	Risco de inexecução e rescisão contratual	3	4	12 (Elevado)	Verificação de exequibilidade e análise de composição de preços	Contratante
<b>Seleção de Fornecedor</b>	Impugnações ao edital	Falhas de redação ou exigências desproporcionais	Suspensão do certame e atrasos	2	3	6 (Médio)	Revisão prévia do edital pela assessoria jurídica; respostas céleres e fundamentadas	Contratante
<b>Gestão Contratual</b>	Designação inadequada de fiscal	Fiscal sem conhecimento técnico ou sobrecarga de contratos	Fiscalização deficiente e falhas não detectadas	3	4	12 (Elevado)	Designar fiscal com conhecimento técnico; promover capacitação e acompanhamento periódico	Contratante
<b>Gestão Contratual</b>	Atraso na emissão de Ordens de Serviço	Excesso de trâmites internos ou falhas de comunicação	Retardo no início dos serviços e risco de parada operacional	3	3	9 (Elevado)	Padronizar fluxos de OS e controlar prazos via processo SEI/Conab Cloud	Contratante
<b>Gestão Contratual</b>	Inadimplência documental para pagamento	Falta de regularidade fiscal ou trabalhista	Atrasos nos pagamentos e risco de suspensão de serviços	3	3	9 (Elevado)	Conferir documentação antes de cada pagamento; orientar contratada sobre prazos e documentos exigidos para pagamento	Contratante
<b>Gestão Contratual</b>	Comunicação ineficiente entre fiscal e contratada	Falta de canal formal ou registro de tratativas	Retrabalho e divergências de informação	2	3	6 (Médio)	Formalizar comunicações por e-mail e atas; realizar reuniões periódicas	Contratante
<b>Execução Contratual</b>	Utilização de mão de obra não qualificada	Falta de treinamento ou ausência de credenciamento técnico	Serviços inadequados e risco à segurança	3	4	12 (Elevado)	Exigir comprovação de capacitação e responsável técnico credenciado	Contratada
<b>Execução Contratual</b>	Falha na calibração e manutenção	Inobservância de normas do Inmetro/Ibmetro	Resultados imprecisos e interdição de balanças	2	4	8 (Elevado)	Exigir certificados de calibração e relatórios técnicos assinados	Contratada
<b>Execução Contratual</b>	Atrasos na execução dos serviços	Deficiência de gestão interna e logística	Interrupção das atividades operacionais	3	3	9 (Elevado)	Estabelecer cronograma realista e prever penalidades por atraso	Contratada
<b>Execução Contratual</b>	Substituição tardia de peças defeituosas	Falta de estoque ou negligência da contratada	Parada prolongada de equipamentos	2	4	8 (Elevado)	Exigir reposição imediata e prever penalidades contratuais	Contratada

<b>Execução Contratual</b>	Acidente de trabalho	Falta de EPIs ou descumprimento de normas de segurança	Lesões, paralisação e responsabilização civil	2	5	10 (Elevado)	Exigir cumprimento da NR-12 e entrega de EPIs/EPCs	Contratada
<b>Execução Contratual</b>	Falha na documentação técnica	Desorganização ou ausência de controle documental	Dificuldade no ateste e pagamento dos serviços	3	3	9 (Elevado)	Exigir relatórios circunstanciados com checklist e rastreabilidade	Contratada
<b>Execução Contratual</b>	Interrupção dos serviços por motivos trabalhistas	Greves, desligamentos ou falência da contratada	Paralisação de serviços essenciais nas UAs	2	4	8 (Elevado)	Exigir plano de contingência e substituição imediata da equipe	Contratada

1 Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.

2 O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.

3 Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

4 Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

5 A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

<b>Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer</b>		
<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

<b>Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer</b>		
<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

<b>Nível de Risco</b>	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

8 Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se a CONTRATADA ou o CONTRATANTE.

**Elaborado por:** Mario Alves da Silva e José Donato Marques dos Santos **Supervisionado por:** Jaqueline Cerqueira Veloso **Autorizado por:**

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

À

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

Submetemos à apreciação de V.Sª. nossa proposta para fornecimento os serviços de manutenção de balanças, conforme descrição abaixo:

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	LOTE	UNIDADE ARMAZENADORA	RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS			VALOR DA ESTIMATIVAS DOS SERVIÇOS (R\$)						
			MARCAS, TIPOS E CAPACIDADE (KG) DAS BALANÇAS	CLASSE	QUANT	MANUTENÇÃO PREVENTIVA		MANUTENÇÃO CORRETIVA		TOTAL (R\$)		
						UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL			
Contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia	1	UA/IRECÊ Rodovia BA 148, S/Nº, Bairro Universitário - CEP: 44.875-700 – Irecê/BA Contato: Sr. Nordnei Teixeira Telefone: (74) 3641-3392 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-irece@conab.gov.br">ba.ua-irece@conab.gov.br</a>	Marte (Precisão) 5kg - Pat.: 111427 e 111430	II	2							
			Filizola (Bancada) 6kg - Pat.: 80557	III	1							
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat.: 16838	III	1							
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat.: 111420, 111422, 111423, 111424, 111433	III	5							
			Chialvo (Rodoviária) 60.000kg - Pat.: 2120662	III	1							
			Totais dos serviços do lote 1									
			Valor estimado para substituição de peças – Lote 1 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR)								53.201,51	
			Total geral do lote 01									
	2	UA/ITABERABA Rod. 242, Km 90, Lt 101 a 106 – Loteamento Cidade de Deus – Itaberaba/BA - CEP: 46.880-000 Contato: Sra. Francisca Celina Telefone: (75) 3251-1695 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-itaberaba@conab.gov.br">ba.ua-itaberaba@conab.gov.br</a>	Marte (Precisão) 5kg - Pat. 111428 e 111431	II	2							
			Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg - Pat. 080.553	III	1							
			Toledo (Bancada) 15kg - Pat. 016857	III	1							
			Welmy (Plataforma) 300kg - Pat. 111416	III	1							
			Filizola (Plataforma) 500kg - Pat. 1066609	III	1							
			Líder (Plataforma) 1.000kg - Pat. 111434 e 111436.	III	2							
			MD B-650 (Plataforma) 3.000kg - Pat.: 080551	III	1							
			Totais dos serviços do lote 2									
			Valor estimado para substituição de peças – Lote 2 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR))								15.657,75	
			Total geral do lote 02									
					Marte (Precisão) 5kg – Pat. 111429	II	1					

3	UA/RIBEIRA DO POMBAL Estrada da Mirandela, BA 410, Km 05, S/Nº, Ribeira do Pombal/BA - CEP: 48.400-000 Contato: Sr. Roberto Fernandes Telefone: (75) 3276-1956 E-mail: <a href="mailto:ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br">ba.ua-ribeirapombal@conab.gov.br</a>	Filizola (Bancada) Alta sensibilidade 6kg – Pat. 80554 e 80556	III	2				
		Toledo (Bancada) 15kg – Pat. 16850	III	1				
		Welmy (Plataforma) 300kg – Pat. 111418	III	1				
		Welmy (Plataforma) 1.000kg – Pat. 084783	III	1				
		Líder (Plataforma) 1.000kg – Pat. 111435, 111421 e 111437	III	3				
		Totais dos serviços do lote 3						
		Valor estimado para substituição de peças – Lote 3 (Tabela 2 – Estimativa de Valores das Peças do TR)						<b>15.164,14</b>
		<b>Total geral do lote 03</b>						
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA, ESTIMADO PARA UM ANO</b>								

## 5. DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		Telefones: (71)	
Cidade/Estado:	CEP:	E-mail:	
5.2. Representante legal			
Nome:		Cargo/Função:	
CPF:		Registro Geral:	
E-mail:		Telefones: (71)	
5.3. Dados Bancários			
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	Praça de Pagamento:

Local/Data: XX/XX/202X	
<div>Assinatura e carimbo (Responsável Técnico da Empresa)</div>	

Assinatura e carimbo  
(Responsável Técnico da Empresa)



**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

À Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Ref.: Pregão Eletrônico – nº 90.003/2026

Declaramos que em atendimento ao previsto no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, Responsável da Empresa \_\_\_\_\_, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante a CONAB/Sureg/BA, situada à \_\_\_\_\_, e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e graus de dificuldade existentes.

Cidade-UF, / /20XX.

**Assinatura e carimbo**  
**(Responsável Técnico da Empresa)**

Visto:

Responsável pela CONAB

**ANEXO IV - DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA**

À Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Ref.: Pregão Eletrônico – nº 90.003/2026

(Nome da empresa e qualificação da mesma), inscrita no CNPJ sob número \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por (representante da empresa e qualificação do mesmo, constante inclusive qual a função que exerce na empresa) DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão, conforme descrito na letra b) do subitem 5.2.2 deste Termo de Referência, e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico nº 90.003/2026, Processo Administrativo nº 21440.000688/2022-32.

Cidade-UF, / /20XX.

**Assinatura e carimbo**  
**(Responsável Técnico da Empresa)**

**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R\$

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

**Nota 2:** \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

**Fórmula exemplificativa, para fins de atendimento ao disposto no artigo 131, § 6º, inciso IV, alíneas a e b, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.**

1. A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

**Fórmula de cálculo:**

$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$

Valor total dos contratos \*

**Observação:**

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 2:** considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

2. Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

**Fórmula de cálculo:**

$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$

Valor da Receita Bruta

**ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Indicador: Nº 01 – Manutenção Preventiva	
Item	Descrição
Finalidade	Ações técnicas necessárias à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento dos equipamentos.
Meta a cumprir	Rotinas anuais, que compreenderão limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, verificação de funcionamento, pequenos reparos e substituição de peças.
Instrumento de Medição	Verificação in loco do fiscal do contrato e relatos escritos de usuários, via correio eletrônico
Forma de acompanhamento	Vistoria, relatórios e reuniões com o fiscal de contrato.
Periodicidade	Aferição e consolidação anual
Mecanismo de cálculo	Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, conforme a tabela 1 abaixo.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Somatória dos pontos da tabela 1, que corresponderá à glosa da fatura mensal conforme tabela 2 abaixo.
Sanções	Advertência e/ou glosa da fatura mensal.
Observações	No caso da Contratada somar 7 (sete) pontos ficará facultada à Contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

Tabela 1 - Pontuação/Ocorrência		
Ocorrência	Aferição	Pontuação
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante a execução dos serviços, sem a anuência prévia da Contratante.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, por colaborador que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data ou durante a execução dos serviços	0,5
Deixar de realizar as rotinas de execução de manutenções	Condicional à verificação e avaliação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica.	0,3
Deixar de cumprir algum dos itens previstos no item 10.1 do Termo de Referência	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica.	0,5
Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas	Os registros das solicitações de esclarecimentos serão individuais, formalizados através de correspondência eletrônica pelo fiscal do contrato ao endereço fornecido pela empresa. Cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,2
Falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores e contribuintes.	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado	0,2
Não atendimento a qualquer outra obrigação prevista no edital e seus anexos não especificada nesta tabela	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,3

Tabela 2: Pontuação Acumulada	
Pontuação Acumulada	Glosa
1 (um) ponto	Não há glosa, apenas advertência.
2 (dois) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
Acima de 6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada ponto extra.

Indicador: Nº 02 – Manutenção Corretiva (com substituição de Peças)	
Item	Descrição
Finalidade	Reparar e corrigir quebras, defeitos e falhas apresentadas nas instalações dos equipamentos, que inviabilizem a sua utilização, reparando-os para seguro e perfeito funcionamento.
Meta a cumprir	O atendimento às chamadas para manutenção corretiva, durante a visita para calibração das balanças
Instrumento de Medição	Verificação in loco do fiscal do contrato e relatos escritos de usuários, via correio eletrônico.
Forma de acompanhamento	Vistoria, relatórios e reuniões com o fiscal de contrato.
Periodicidade	Aferição a cada serviço realizado, com consolidação anual
Mecanismo de cálculo	Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, conforme a tabela 1 abaixo.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Somatória dos pontos da tabela 1, que corresponderá à glosa da fatura mensal conforme tabela 2 abaixo
Sanções	Advertência e/ou glosa da fatura mensal.
Observações	No caso da Contratada somar 7 (sete) pontos ficará facultada à Contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

Tabela 1 - Pontuação/Ocorrência		
Ocorrência	Aferição	Pontuação
Inobservância injustificada do atendimento as condições previstas no Termo de Referência, antes de efetuar a substituição de peças.	O fiscal do contrato formalizará a autorização da substituição através de correspondência eletrônica ao endereço fornecido pela empresa.	0,5
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante a execução dos serviços, sem a anuência prévia da Contratante.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, por colaborador que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data ou durante a execução dos serviços	0,5
Deixar de cumprir algum dos itens previstos no item 10.1 do Termo de Referência	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica	0,5

Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 24 horas	Os registros das solicitações de esclarecimentos serão individuais, formalizados através de correspondência eletrônica pelo fiscal do contrato ao endereço fornecido pela empresa. Cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,2
Falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores e contribuintes.	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado	0,2
Não atendimento a qualquer outra obrigação prevista no edital e seus anexos não especificada nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,3
Tabela 2: Pontuação Acumulada		
Pontuação Acumulada	Glosa	
1 (um) ponto	Não há glosa, apenas advertência.	
2 (dois) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.	
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.	
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.	
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.	
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.	
Acima de 6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada ponto extra.	

**ANEXO II DO EDITAL**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO N.º 21440.000688/2022-32**

**Contrato N.º: [número do Contrato]**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA**  
**NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E A**  
**EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA A**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE \_\_\_\_\_.**

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada aos 20 de março de 2023, publicado no DOU de 23/03/2023, seção 1, Edição 57, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, CNPJ nº 26.461.699/0001-80, Inscrição Estadual nº 07.122.550-1, e através da sua Superintendência Regional no Estado da Bahia, localizada à Rua da Polônia nº 5 – Edifício Professor Orlando Gomes, Bairro do Comércio, na cidade de Salvador/BA, CEP: 40.015-15, inscrita no CNPJ nº 26.461.699/0061-11, representada por seu Superintendente Regional, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado através da Portaria Presi nº xxx/xxxx, e na sua ausência por seu Superintendente Regional Substituto, xxxxxxxxxxxx, nomeado através da Portaria Presi nº xxx/xxxx, e por seu Gerente de Finanças e Administração, André Vinícius Fontes Ribeiro, nomeado através da Portaria Presi nº xxx/xxxx, e na sua ausência por sua Gerente Substituta de Finanças e Administração, xxxxxxxxxxxx, nomeada através da Portaria Presi nº xxx/xxxx, parte doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, parte doravante denominada CONTRATADA, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º \_\_\_\_\_, referente ao Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/20XX, resolvem celebrar o presente Contrato de \_\_\_\_\_, que se regerá pelo Edital e seus anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada e devidamente autorizada pela Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ-I, vinculada ao Inmetro/Ibmetro, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento e substituição de peças, sempre que necessário, das balanças utilizadas nas Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado da Bahia, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. As especificações dos serviços ora contratados encontram-se detalhadas nos itens 1 e 6, do Termo de Referência.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 05 (cinco) anos (conforme artigos 461 a 462 do RLC), contados da data de sua assinatura.
- 2.2. Tendo sido adotado o prazo máximo legal permitido, não haverá possibilidade de prorrogação contratual, conforme o limite estabelecido pelo artigo 461 do RLC/Conab.
- 2.3. Os contratos de prestação de serviços ou de fornecimentos que tenham seus prazos iniciais definidos por período superior a 12 (doze) meses, serão avaliados anualmente pelo Fiscal do Contrato, com o titular da Gerência Gestora, no âmbito desta Matriz, de maneira a evidenciar se os preços permanecem vantajosos para a Conab, podendo ser rescindido por razões de interesse público sempre que tal vantagem não for comprovada.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

**3.1. Do Regime de Execução e Detalhamento dos Serviços:**

- 3.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo calibração, ajustes técnicos e fornecimento de peças quando necessárias, das balanças de pesagem a serem executados pela CONTRATADA, abrangem as seguintes atividades mínimas:

**3.1.2. Da Manutenção Preventiva**

- 3.1.2.1. A manutenção preventiva será realizada **anualmente**, preferencialmente antes do vencimento do selo de certificação/conformidade emitido pelo Inmetro/Ibmetro, e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, de modo a assegurar a conservação, o desempenho adequado e o funcionamento confiável das balanças. Deverá contemplar, obrigatoriamente, a fixação da **Etiqueta de Reparo (Marca de Reparo)**, conforme modelo oficial da RBMLQ-I e exigências da **Portaria Inmetro nº 157/2022** e demais normas vigentes.

3.1.2.2. As atividades mínimas a serem executadas incluem:

- a) Inspeção técnica completa da balança, abrangendo a estrutura física, células de carga, componentes eletrônicos, cabeamento e acessórios;
- b) Limpeza técnica de partes móveis, pontos de apoio, células de carga e outros componentes sujeitos à presença de resíduos ou acúmulo de sujeira;
- c) Verificação e reaperto de conexões elétricas e mecânicas;
- d) Ajuste e calibração de sensores, limitadores e sistemas de apoio;
- e) Teste e correção do nivelamento da balança, quando aplicável;
- f) Lubrificação de componentes móveis, conforme recomendação do fabricante;
- g) Diagnóstico preventivo dos sistemas eletrônicos e de comunicação;
- h) Aferição preliminar com pesos-padrão certificados, para verificação e ajuste básico de leitura.
- i) Calibração técnica completa, com emissão de Certificado de Calibração rastreável aos padrões da Rede Brasileira de Calibração (RBC), conforme requisitos da Portaria Inmetro nº 157/2022 e demais regulamentos metrológicos.

3.1.2.3. Ao final da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir **relatório técnico detalhado**, assinado pelo responsável técnico, contendo checklist das atividades realizadas, resultados da calibração, eventuais não conformidades encontradas e recomendações de correção.

3.1.2.4. Caso, durante a execução da **manutenção preventiva**, seja identificada a necessidade de **substituição de peças** ou de outras intervenções que caracterizem **manutenção corretiva**, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, apresentando relatório técnico e proposta detalhada dos reparos necessários, devendo **aguardar a emissão da respectiva Ordem de Serviço** para execução da manutenção corretiva. Nessa hipótese, a CONTRATADA fará jus ao pagamento integral da manutenção preventiva já executada, uma vez que os serviços correspondentes foram devidamente prestados e são independentes da necessidade posterior de manutenção corretiva.

### 3.1.3. **Manutenção Corretiva (sob demanda)**

3.1.3.1. A manutenção corretiva será realizada sempre que identificadas falhas ou a necessidade de intervenção técnica para substituição de peças, com o objetivo de restabelecer a funcionalidade e a conformidade das balanças, seja durante as vistorias de manutenção preventiva, seja no decorrer da prestação dos serviços. A execução deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Avaliação técnica e identificação da falha funcional ou estrutural do equipamento;
- b) Correção de defeitos e realização de todos os ajustes necessários para o restabelecimento da funcionalidade e da conformidade metrológica;
- c) Substituição de peças defeituosas, mediante autorização prévia da fiscalização e com ressarcimento pela Conab, observando-se o uso exclusivo de peças originais ou equivalentes homologadas pelo fabricante ou pela RBMLQ-I, com comprovação de procedência;
- d) Reparos em módulos eletrônicos e de comunicação, quando tecnicamente viável;
- e) Calibração pós-reparo, com emissão de Certificado de Calibração rastreável à RBC, em conformidade com a Portaria Inmetro nº 157/2022;
- f) Execução preferencialmente in loco, no local de instalação do equipamento; nos casos em que for necessária a remoção da balança, a retirada e a devolução deverão ser realizadas sem ônus adicional à Contratante;

3.1.3.2. A manutenção corretiva será executada **exclusivamente sob demanda**, mediante **ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE**, e estará condicionada à apresentação e aprovação de **orçamento detalhado**, contendo a relação das peças a substituir, justificativa técnica e demais elementos que subsidiem a análise de conveniência e oportunidade pela Administração.

3.1.3.3. Ao término de cada intervenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir **relatório técnico circunstanciado**, assinado por profissional responsável, contendo a descrição da falha, serviços executados, peças substituídas, resultados da calibração e demais informações pertinentes.

3.1.3.4. A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica qualificada, com participação obrigatória de profissional devidamente credenciado pelo Inmetro/Ibmetro, observando rigorosamente os critérios de segurança, precisão e qualidade exigidos pelas normas metrológicas vigentes

## 3.2. **Das Condições Gerais**

3.2.1. Todos os serviços deverão atender integralmente às **normas técnicas e metrológicas vigentes**, em especial às disposições da **Portaria Inmetro nº 157/2022** e demais regulamentos aplicáveis;

3.2.2. As calibrações deverão ser realizadas **exclusivamente por profissionais ou empresas devidamente credenciados e com autorização ativa junto ao Inmetro/Ibmetro**, devendo tal credenciamento permanecer **válido durante toda a execução contratual**;

3.2.3. As despesas com **transporte de equipamentos, deslocamento de pessoal, diárias, hospedagem, alimentação, materiais de apoio, ferramentas, equipamentos de segurança** e quaisquer outros encargos necessários à execução dos serviços preventivos e corretivos deverão estar integralmente **inclusas nos preços ofertados**, não cabendo à Conab qualquer pagamento adicional, salvo nos casos **expressamente previstos neste Termo de Referência**;

3.2.4. A CONTRATADA deverá fornecer, a cada serviço executado, relatório técnico circunstanciado, acompanhado do respectivo Certificado de Calibração rastreável à RBC, quando aplicável, para fins de comprovação e fiscalização.

## 3.3. **Do Local e Prazo de Execução**

3.3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser realizados nos endereços indicados nas Tabelas 1, 2 e 3 do Termo de Referência, observando-se o horário de atendimento das Unidades Armazenadoras: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, exceto em feriados locais e nacionais.

3.3.2. Os serviços relativos à **primeira manutenção preventiva** deverão ser iniciados em até **20 (vinte) dias corridos** contados a partir da data de envio da **Ordem de Serviço (OS)** pela CONTRATANTE, a qual poderá ser formalizada por e-mail institucional ou mediante entrega presencial ao representante da CONTRATADA, valendo como marco inicial para contagem do prazo o registro da comunicação.

3.3.3. A s **demais manutenções preventivas** serão realizadas anualmente, em período que anteceda as visitas do Ibmetro aos

municípios onde estão localizadas as Unidades Armazenadoras, devendo o efetivo cronograma de execução ser **ajustado entre a fiscalização da CONTRATANTE e a CONTRATADA**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.3.4. As **manutenções corretivas e emergenciais** poderão ser demandadas a qualquer tempo, mediante emissão de OS específica pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA mobilizar equipe técnica em prazo compatível com a urgência do serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

### 3.4. **Da Rotina de Execução dos Serviços**

3.4.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em balanças, descritos no item 6.2 deste Termo de Referência e nas normas do Inmetro/Ibmetro, serão prestados **in loco** nas dependências das Unidades Armazenadoras, por profissionais qualificados e identificados, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e vinculado à CONTRATADA.

3.4.2. As **manutenções preventivas** serão realizadas de forma programada, conforme cronograma definido pela CONTRATANTE, enquanto as **manutenções corretivas** ocorrerão sob demanda, sempre mediante emissão de **Ordem de Serviço (OS)** pela fiscalização.

3.4.3. Cada OS deverá conter, no mínimo: número sequencial por ano; especificação se emergencial ou não; data e hora da solicitação; duração e datas de início e término previstas; local da execução; e descrição do serviço. As OS poderão ser emitidas por e-mail institucional para conta(s) indicada(s) pela CONTRATADA ou entregues em via impressa, sendo obrigatório o **registro de confirmação de recebimento**.

3.4.4. Os prazos de atendimento serão:

a) OS não emergenciais (programadas): início em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento;

b) OS emergenciais: início em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, devendo a intervenção ser concluída no prazo fixado na própria OS.

3.4.5. O descumprimento injustificado dos prazos, bem como a falta de ferramentas, materiais ou habilidades técnicas adequadas, sujeitará a CONTRATADA às **sanções previstas no contrato e no RLC/Conab**, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

3.4.6. A CONTRATADA deverá manter equipe e estrutura compatíveis para cumprimento das ordens emitidas, cabendo-lhe acompanhar constantemente a conta de e-mail indicada para o recebimento das OS.

3.4.7. Nos casos em que a execução corretiva não puder ser realizada nas dependências da Unidade Armazenadora, a remoção da balança para oficina própria da CONTRATADA dependerá de **justificativa técnica formal** e de **autorização prévia** da fiscalização e da Gerência da Unidade, devendo observar-se o Capítulo XI da Norma de Administração e Controle de Patrimônio – 60.202.

3.4.8. Todas as despesas relacionadas ao transporte, logística e devolução dos equipamentos correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade financeira a esse título.

3.4.9. A CONTRATADA deverá manter arquivo físico e digital de todas as OS recebidas e dos **relatórios técnicos correspondentes**, os quais deverão ser enviados à fiscalização da CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e liquidação dos serviços.

3.4.10. A ordem de serviço de manutenção seguirá o seguinte modelo:

Conab Companhia Nacional de Abastecimento		Ordem de Serviço de Manutenção		Nº _____/2018	
Tipo de Serviço: <input type="checkbox"/> Programado <input type="checkbox"/> Emergencial		Data/hora da solicitação: ____/____/____ às ____:____			
Plano de ação solicitado: _____		Data: ____/____/____			
Serviço: _____		Término: ____/____/____ às ____:____			
Local/Equipamento: _____		Descrição/diagnóstico solicitado: _____			
Data: ____/____/____		Assinatura: _____			
RECEBIDO PELA CONTRATADA		Gestor Fiscal			
Data: ____/____/____		CONTRATADA			

### 3.5. **Da Garantia dos Serviços**

3.5.1. Os serviços prestados deverão possuir garantia mínima de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

3.5.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá refazer o serviço ou parte dele, **sem ônus para a CONTRATANTE**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a contar da notificação formal da fiscalização sobre a necessidade de correção.

3.5.3. Caso o equipamento não seja aprovado em aferição ou vistoria técnica realizada pelo Inmetro/Ibmetro, a CONTRATADA deverá refazer integral ou parcialmente os serviços, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação formal expedida pela CONTRATANTE.

3.5.4. O **refazimento dos serviços** implicará na **recontagem do prazo de garantia**, contado novamente da data do novo recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

3.5.5. As **peças substituídas** deverão ser novas, originais ou homologadas, e contar com **garantia mínima de 6 (seis) meses**, a qual será independente e cumulativa à garantia do serviço prestado.

3.5.6. O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a CONTRATADA às **sanções previstas no RLC/Conab e no contrato**, sem prejuízo da aplicação de penalidades adicionais cabíveis.

3.6. Os demais detalhes técnicos inerentes a execução dos serviços estão dispostos no Item 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.



- 4.2. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização, conforme previsto Termo de Referência.
- 4.3. Ao final de cada período mensal/cada parcela executada, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.
- 4.4. Será elaborado termo de recebimento provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do Contrato, os quais serão encaminhados ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.
- 4.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO**

- 5.1. O valor anual da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para 05 ano(s) de contrato.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 6.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, conforme parâmetros do art. 439 do RLC/Conab, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro;
  - b) Seguro-garantia; ou
  - c) Fiança bancária.
- 6.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
  - c) Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.
- 6.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria
- 6.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 6.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.
- 6.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.
- 6.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 6.8. No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.9. No caso de contratação com vigência superior a 01 (um) ano a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.
- 6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.12. Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
  - b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no subitem 6.6; ou
  - c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no subitem 6.6.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 7.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato correrá à conta da Natureza da Despesa \_\_\_\_\_, PTRES \_\_\_\_\_, Fonte: \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 8.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei

8.1.1. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

8.1.2. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

8.1.3. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

8.1.4. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

8.1.5. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

8.1.6. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

8.1.7. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

8.1.8. As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais."

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;
- e) rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designado;
- g) efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) utilizar empregados habilitados, capacitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, mantendo responsável técnico registrado em conselho profissional competente;
- f) apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários;
- g) apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Conab para a execução dos serviços;

- h) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- i) atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços;
- j) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Conab e a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência nesse sentido;
- k) instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- l) relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- m) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, inclusive dados técnicos, operacionais, logísticos e estratégicos da CONTRATANTE;
- o) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto nas hipóteses do art. 497 do RLC da Conab;
- p) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- q) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como prova de atendimento aos requisitos do INMETRO/IBAMETRO como empresa credenciada;
- r) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab durante a realização do Contrato;
- s) indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;
- t) dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto contratual;
- u) repor/substituir as peças ou materiais necessários ao correto funcionamento dos equipamentos;
- v) apresentar ao final dos serviços relatório técnico circunstanciado, contemplando os serviços realizados, a situação de cada equipamento e os certificados de calibração, quando aplicável;
- w) adotar todas as medidas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e proteção ambiental exigidas pela legislação vigente, responsabilizando-se integralmente por eventuais acidentes, danos ambientais ou infrações administrativas;
- x) observar e cumprir as disposições deste Termo de Referência relativas aos deslocamentos e ressarcimentos de quilometragem, apresentando a documentação comprobatória exigida em cada caso;
- y) assegurar a continuidade da execução contratual, mesmo em caso de greves, paralisações ou desligamentos de empregados, adotando providências imediatas para substituição e recomposição da equipe;
- z) manter registros e evidências documentais de todos os serviços realizados, garantindo a rastreabilidade completa das atividades executadas, inclusive quanto à data, local, responsável técnico e peças utilizadas.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 11.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.
- 11.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO**

- 12.1. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e as qualificações exigidas na licitação.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo I do Edital e conforme Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**

- 14.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes se encontram definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital e nos artigos 558 a 567 do RLC.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE**

- 15.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, aplicando-se no máximo o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE acumulado no período, devendo ser feita na ocasião às devidas negociações entre as partes e a justificativa técnica para o percentual a ser aplicado, observando o limite aqui estabelecido.

- 15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, e assim sucessivamente;

- 15.3. Serão objeto de preclusão, os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do Contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

- a) assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;
- b) data em que o Contrato completar 01 (um) ano, 02 (dois) anos e assim sucessivamente; ou
- c) encerramento do Contrato.

15.4. Caso na data em que o Contrato completar 01 (um) ano, 02 (dois) anos e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de Contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

16.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

16.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

16.4. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

16.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

16.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

### 16.7. Da sanção de advertência:

16.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 16.5.

### 16.8. Da sanção de multa:

16.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;
- d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual, conforme item 6.4;
- e) multa moratória de 1 % (um por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;
- f) multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias.
- e.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- g) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;
- i) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- j) multa de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor anual do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	GRAU
a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
b) Suspende ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
c) Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
d) Recusar-se a executar serviço determinado, pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:	
e) Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	02
f) Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
g) Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência;	03

h)	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato, por dia;	01
i)	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA, por funcionário;	01

**TABELA 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor anual do contrato
2	0,4% sobre o valor anual do contrato
3	0,8% sobre o valor anual do contrato
4	1,6% sobre o valor anual do contrato
5	3,2% sobre o valor anual do contrato

k) multa compensatória definida no Instrumento de Medição de Resultado IMR, Anexo VI do Termo de Referência, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis de resultados nele estabelecidos.

k) Dependendo do nível de desconformidade na prestação do serviço aferido ocorrerá a rescisão unilateral do Contrato, conforme estabelecido no IMR.

16.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

16.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectivo CONTRATADA, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá A CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

#### 16.9. **Da sanção de suspensão:**

16.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

16.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

17.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.

17.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

17.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

17.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do RLC.

17.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Sexta e no art. 574 do RLC:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

17.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

17.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES**

19.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

19.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

19.4. A MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

20.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

20.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

20.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONAB à continuidade do Contrato.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES**

22.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

23.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e nos moldes do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

24.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Edital de Pregão Eletrônico CONAB n.º \_\_\_\_/20XX e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

## **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

25.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

## **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

26.1. A publicação do extrato do presente Contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

## **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO**

27.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

